



# A União Europeia e as **Zonas Costeiras**



Comissão Europeia



# A União Europeia e as **Zonas Costeiras**

**Inverter as tendências nas zonas costeiras  
europeias**



Comissão Europeia

Direcção-Geral do Ambiente

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu.int>)

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2001

ISBN 92-894-1155-4

© Comunidades Europeias, 2001

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

*Printed in Belgium*

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

## Introdução

As regiões costeiras da União Europeia vivem sob pressão constante. Cerca de metade da população da União reside actualmente numa faixa de 50 quilómetros ao longo da costa (1) — a União Europeia deve, de resto, muita da sua riqueza económica aos recursos da zona costeira. Os sectores das pescas, transportes marítimos e turismo partilham entre si o espaço vital ao longo da zona costeira europeia cuja extensão é estimada em 89 000 quilómetros e que inclui alguns dos habitats naturais mais frágeis e valiosos da Europa.

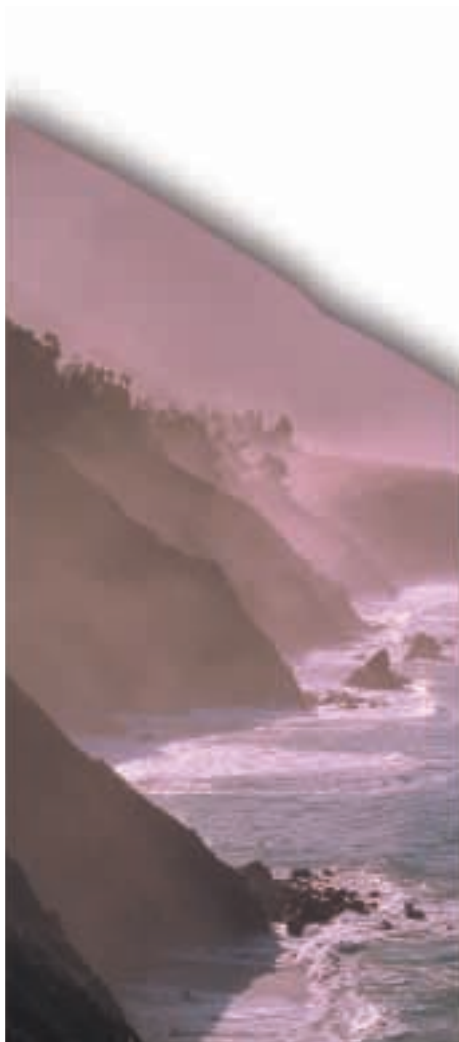
A procura crescente de recursos costeiros tem, contudo, conduzido à sua degradação: diminuição da qualidade da água e da quantidade de recursos hídricos, erosão acelerada, poluição acumulada, desaparecimento de recursos pesqueiros... com todas as consequências negativas do ponto de vista económico e social.

Muitos dos problemas enfrentados pelas regiões costeiras europeias envolvem mais de um país. Por exemplo, em caso de naufrágio de um petroleiro no canal da Mancha, a maré negra daí resultante afectaria tanto o Reino Unido como a França. O mesmo se verificando em caso de eventual poluição de origem industrial ou agrícola no rio Danúbio na Áustria, a qual poderia vir a atravessar várias fronteiras nacionais antes de desaguar no mar Negro na Roménia, a milhares de quilómetros de distância da sua origem.

As zonas costeiras da UE podem igualmente ser afectadas por medidas políticas que, numa primeira abordagem, nada parecem ter a ver com elas. A política agrícola comum (PAC)

---

(1) Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativamente à gestão integrada da zona costeira: uma estratégia para a Europa (COM/2000/0547 final).





da União Europeia pode, por exemplo, influenciar a quantidade de matéria orgânica proveniente das unidades de produção intensiva de bovinos e de porcos, regularmente derramada nos cursos de água. Os nitratos presentes nos adubos e nos fertilizantes químicos provocam o crescimento de algas azuis cuja taxa de reprodução fora do comum impede o crescimento de outras formas de vida aquática. Quando alcança o mar, esta água rica em algas pode estar na origem de graves problemas para as regiões costeiras, nomeadamente sob a forma de poluição das praias. Espera-se que a evolução da PAC possa ajudar a solucionar o problema da poluição por nitratos.

Paralelamente, as políticas comunitárias destinadas a promover a viabilidade económica das zonas rurais e montanhosas podem, igualmente, exercer grande influência no número de pessoas que migram para o litoral.

Todos estes factores apontam para a necessidade de os responsáveis políticos da União prestarem maior atenção às regiões costeiras europeias. Esta é a razão por que a União Europeia está a envidar esforços no sentido da introdução de uma política coordenada das regiões costeiras da União (1). Para além da tomada de medidas tendentes ao reforço das políticas europeias susceptíveis de influenciar as zonas costeiras, a Comissão Europeia convida os Estados-Membros a elaborar estratégias nacionais no âmbito da vulgarmente designada Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC).

Com a promoção da GIZC, o objectivo da Comissão é aproximar todos os intervenientes e políticas de âmbito local, regional, nacional e europeu com influência no dia-a-dia das regiões costeiras.

(1) COM/00/547, de 27 de Setembro de 2000.

## A Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC)

A Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) deverá integrar o conjunto das diferentes políticas com impactos nas zonas costeiras da União. Trata-se, simultaneamente, de proceder ao ordenamento e gestão dos recursos costeiros e do espaço litoral. Não se trata de uma «solução» mas sim de um processo dinâmico, em permanente evolução.

A necessidade de congregação dos esforços de todos os responsáveis políticos a nível local, regional, nacional e europeu, bem como das demais partes interessadas cujas actividades afectam as regiões costeiras, constitui uma questão central da GIZC. Na ausência de uma coordenação a todos os níveis, os esforços para a protecção da orla costeira da União apenas obterão um sucesso limitado. Essas partes interessadas deveriam incluir, para além dos representantes dos governos e dos responsáveis políticos, outros intervenientes tais como as populações locais, as organizações não governamentais e os sectores empresariais.

A GIZC não é apenas uma medida de política ambiental. Enquanto que a necessidade de preservar o funcionamento dos ecossistemas naturais constitui um dos principais objectivos da estratégia, a GIZC pretende igualmente melhorar a qualidade de vida das zonas costeiras, a nível económico e social, bem como apoiar o desenvolvimento de todo o seu potencial enquanto comunidades modernas e dinâmicas. De facto, no que se refere às zonas costeiras, estes objectivos ambientais e socio-económicos encontram-se intrinsecamente interligados.



## A linha costeira europeia

A linha da costa europeia apresenta uma extensão de 89 000 quilómetros e cerca de metade da população dos Estados-Membros com costa marítima vive numa faixa de 50 quilómetros ao longo do litoral. As zonas costeiras incluem, de resto, os habitats mais valiosos da União: um estudo recente da Comissão (1) refere que, em termos económicos, os benefícios totais gerados pelas zonas costeiras da UE para o ecossistema são bastante superiores ao produto interno bruto de qualquer dos países europeus de mais reduzida dimensão. A Comissão Europeia considera necessário desenvolver uma abordagem mais coordenada com vista a impedir a destruição deste recurso económico.

Com a aplicação de estratégias nacionais de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), os governos da UE poderiam aumentar o nível de bem-estar económico e ambiental das suas zonas costeiras. De acordo com estudos em matéria de potencial socioeconómico da GIZC, as economias anuais brutas estimadas (incluindo a preservação dos habitats, as actividades económicas locais e o turismo) poderiam ascender a mais de 4,2 milhares de milhões de euros para o conjunto dos países da União Europeia. Para além dos ganhos económicos líquidos, os benefícios qualitativos \_ que deverão variar em função das iniciativas individuais em matéria de GIZC \_ incluem uma maior coesão das comunidades situadas no litoral.

Em resumo, as estratégias nacionais em matéria de GIZC teriam um custo de implementação relativamente reduzido, mas poderiam gerar importantes ganhos sustentáveis em termos económicos.

(1) *An Assessment of the Socio-Economic Costs and Benefits of Integrated Coastal Zone Management*, Fim Crichton Roberts, Novembro de 2000 ([http://europa.eu.int/comm/environment/iczm/socec\\_en.pdf](http://europa.eu.int/comm/environment/iczm/socec_en.pdf)).





## A linha costeira europeia — problemas

As zonas costeiras europeias defrontam-se provavelmente com um número mais elevado de problemas económicos, sociais e ambientais que quaisquer outras áreas da União Europeia. Da Lapónia a Creta, as zonas costeiras enfrentam sérios desafios em matéria de ordenamento e de gestão — as regiões ultraperiféricas da UE constituem, muitas vezes, a síntese do grande número de problemas susceptíveis de afectar as zonas costeiras. Destacamos em seguida apenas alguns dos exemplos mais conhecidos.

### **Mau planeamento do desenvolvimento turístico**

Com uma gestão adequada, o turismo pode transformar-se numa das principais fontes de revitalização económica das zonas costeiras. Em muitas zonas do litoral da União, o turismo desenvolveu-se, contudo, de forma caótica e sem planeamento, estando na origem de graves problemas sociais e ambientais.

Os empreendimentos turísticos construídos no litoral tendem a exercer enormes pressões, designadamente ao nível das reservas locais de água doce, estando na origem dos graves problemas verificados nalgumas zonas do sul da Europa. Em muitas zonas do Mediterrâneo, incluindo nas ilhas gregas, a exploração excessiva dos escassos recursos hídricos subterrâneos esteve na origem de infiltrações de água do mar nos lençóis freáticos locais, tornando aquelas águas impróprias para consumo. Muitas dessas ilhas sofrem igualmente da falta de instalações adequadas para a eliminação dos resíduos sólidos, situação que se traduz no crescimento de lixeiras não autorizadas.

A deficiente gestão das estações balneares pode igualmente estar na origem de graves problemas de poluição atmosférica e marinha. Os empreendimentos turísticos tendem a consumir grandes quantidades de combustíveis fósseis, o que reduz a qualidade do ar a nível local. Para além de serem utilizados na preparação dos alimentos e no sistema de aquecimento dos hotéis, cafés e restaurantes, os combustíveis fósseis constituem



igualmente uma fonte de energia para as enormes quantidades de ciclomotores, automóveis e embarcações de recreio que podemos encontrar nos complexos turísticos junto à costa.

O deficiente planeamento dos empreendimentos turísticos situados no litoral pode, igualmente, ter efeitos prejudiciais para as actividades empresariais e para o tecido social das comunidades locais. Por exemplo, nas ilhas gregas das Cíclades, há conflitos entre o turismo e a indústria mineira. O turismo é igualmente responsável pelo declínio dos métodos tradicionais de trabalho agrícola intensivo, já que os habitantes da zona abandonaram o sector da agricultura para aceitar empregos em bares, cafés e discotecas.

No estuário da Gironde em França, as embarcações de recreio cujos cascos são tratados com tinta tóxica antilapas estão na origem dos graves problemas ocorridos nas explorações locais de piscicultura.

Os peritos insistem, porém, no facto de que, quando devidamente controlado, o turismo pode desempenhar um papel positivo nas regiões costeiras. Em Storstrøm County, na Dinamarca \_ particularmente na época baixa \_ o turismo tem ajudado a compensar a queda da oferta de emprego nos sectores das pescas, da agricultura, das indústrias pesadas e do transporte marítimo.

### **Declínio do sector das pescas**

Em muitas vilas e aldeias do litoral europeu, as pescas representaram durante séculos uma forma de vida. No entanto, todo o sector das pescas da União se debate actualmente com sérias dificuldades. Em muitas zonas a pesca excessiva conduziu a reduções drásticas nas existências de pescado o que, por seu lado, levou à supressão de empregos e à crise económica. Na sua tentativa de reduzir o excesso de actividade piscatória, a política comum das pescas tenta controlar o volume das pescas nas águas comunitárias e restringir o número de navios através de programas de orientação plurianuais para as frotas de pesca (MAGP).



Acontece, porém, que esta redução da capacidade da frota conduziu igualmente ao aumento do desemprego em muitas áreas costeiras. Atendendo a que os portos de pesca tradicionais foram encerrados ou reduziram a sua actividade, verificou-se uma deslocação de pessoas para outras zonas, processo que alterou o carácter fundamental de muitas regiões costeiras. Muitas das aglomerações que contavam com a sua imagem de comunidades piscatórias para atrair turistas assistiram a uma queda pronunciada do número de visitantes à medida que os pescadores da zona abandonavam definitivamente a sua actividade.

Algumas zonas tentaram criar alternativas à actividade piscatória, imprimindo um novo impulso às economias locais. Mas não tem sido um processo fácil e, em muitas regiões, as oportunidades de emprego fora do sector das pescas mantêm-se raras.

Nas regiões em que o sector das pescas continua a desempenhar uma função económica importante, este é com frequência obrigado a concorrer pelo espaço com outros utilizadores da orla costeira. O ordenamento do litoral, das marinas e dos sítios de amarração e de navegação de recreio pode, por exemplo, ter impacto negativo na pesca costeira e nos recursos piscatórios. A exploração crescente da linha da costa poderá conduzir à redução do número de sítios acessíveis às comunidades

piscatórias e ao desaparecimento de habitats marinhos (locais destinados à procura de alimentos, à desova e à reprodução), bem como à perda da qualidade das águas e a danos no ambiente costeiro.



A aquacultura — prática essencialmente desenvolvida nas águas costeiras, ligada a outras vertentes da política como a urbanização, o turismo e a agricultura — constitui um bom exemplo da forma como a GIZC pode garantir a compatibilização das actividades costeiras. As explorações piscícolas poderão ter impacto positivo nas zonas costeiras, dado exigirem uma boa qualidade da água e um ambiente não poluído. As explorações piscícolas bem geridas são uma atracção turística e abastecem os empresários hoteleiros em mariscos frescos. No entanto, esta actividade também poderá ser encarada negativamente ao concorrer por um espaço aquático e por terrenos de construção costeira limitados, ou levantar problemas de eliminação de resíduos e de poluição.

### **Má concepção das redes de transportes**

O desafio que se coloca aos responsáveis europeus em matéria de planeamento dos transportes consiste em encontrar uma solução equilibrada. Infelizmente, o equilíbrio entre a acessibilidade e a necessidade de protecção do meio ambiente local só muito raramente é alcançado, dado que os responsáveis pelo planeamento dos transportes atribuem tradicionalmente pouca importância às necessidades específicas das zonas costeiras.



Nas últimas décadas, o problema da falta de redes de transporte conduziu as pessoas a abandonar algumas das regiões costeiras mais periféricas da União. Este êxodo foi particularmente marcado nalgumas das ilhas gregas, no sul da Europa, bem como nos arquipélagos das costas dinamarquesa e sueca, por exemplo.

No extremo oposto, o golfo de Nápoles, na Itália, sofreu em parte de uma falta de coordenação entre muitas ligações de transporte, pelo que as entidades locais responsáveis pelo planeamento estão actualmente a envidar esforços no sentido de resolver os problemas de congestionamento, turismo intensivo, poluição e má gestão do seu património natural e cultural.

A prossecução daquilo a que os peritos chamam «acessibilidade sustentável» ou seja, o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes susceptível de funcionar em harmonia com o ambiente local, é um passo fundamental para garantir a melhoria do estado geral das zonas costeiras europeias. Para tal, os vários organismos nacionais responsáveis pela construção das infra-estruturas de transportes devem criar uma relação de trabalho em estreita colaboração com as partes interessadas das regiões costeiras.



### **Expansão urbana**

Nas últimas décadas, tem-se assistido à crescente urbanização do espaço litoral da União. Embora os projectos urbanísticos devidamente elaborados possam desempenhar um papel importante, impedindo que as regiões costeiras sejam afectadas pela crise económica, as urbanizações situadas ao longo da orla costeira da União foram com demasiada frequência construídas de forma caótica.



Uma das razões que explicam esta expansão urbanística é o grande aumento do número de habitações secundárias construídas nas regiões costeiras da UE. Muitas destas habitações permanecem vazias durante a maior parte do ano, sendo apenas ocupadas durante o período de férias e aos fins-de-semana. Apesar disso, destroem frequentemente habitats naturais frágeis e impedem o acesso do cidadão comum às praias locais. Para além disso, os seus sistemas de eliminação de resíduos e fossas sépticas podem sobrecarregar a capacidade natural do meio ambiente para absorver poluentes.

O problema do desenvolvimento excessivo da orla costeira assume proporções particularmente graves no sul da Europa, região em que muitas das habitações secundárias são clandestinas ou «semiclandestinas» e infringem os planos directores locais.

### **Erosão**

Em muitas das zonas costeiras da UE, a erosão da costa marítima é um processo natural com milhões de anos. O fenómeno em si mesmo levanta poucos riscos ambientais, mas tem vindo a ser encarado como um problema nas zonas em que constitui uma ameaça para as vilas e aldeias costeiras.

Tentar evitar a erosão é uma tarefa muito complexa pois nem sempre é fácil calcular os eventuais impactos da intervenção humana, a longo prazo, neste processo natural. As tradicionais obras de engenharia «pesada» destinadas a prevenir a erosão costeira, como os molhes de betão armado ou diques, apresentam um custo de manutenção muito elevado e nem sempre conseguem impedir a erosão da costa. Nalgumas zonas, estas construções estão mesmo na origem da aceleração do processo. A realização de obras de grande monta, independentemente da sua natureza, em áreas sensíveis à erosão pode igualmente contribuir para agravar o problema.



Nalgumas zonas da costa do mar Báltico, como na Letónia, o processo de erosão natural da costa tem vindo a processar-se, desde há vários milhares de anos, a um ritmo de 1,2 metros por ano. Com a construção de um porto de grande dimensão destinado aos petroleiros em Ventspil, a linha de costa recua actualmente 2,5 a 3,5 metros por ano.

Em muitas regiões da União, as autoridades nacionais e regionais começam a aperceber-se de que a tentativa de travar a erosão natural com a construção de paredões é muitas vezes um exercício inútil. Alternativamente, alguns gestores optaram por uma política conhecida por «retirada controlada», que envolve a redução progressiva da actividade humana nas áreas costeiras susceptíveis de virem a ser reclamadas pelo mar. Na costa sudoeste da ilha de Wight, no Reino Unido, por exemplo, em que as falésias recuaram cerca de 400 metros nos últimos 400 anos, os agentes económicos locais têm adoptado precisamente este tipo de abordagem pragmática.

Nas regiões em que a «retirada controlada» não é uma solução viável (nomeadamente em zonas com uma importância económica ou histórica muito elevada), grande número de autoridades optaram por métodos «suaves» de protecção da orla costeira em vez dos tradicionais paredões ou molhes. Nas zonas menos desenvolvidas, por exemplo, a replantação das dunas de areia com plantas marinhas e outras espécies endógenas poderá abrandar o processo de erosão de forma bastante eficaz. O grande desafio nos próximos anos para os responsáveis políticos nestas áreas será a formulação de soluções sustentáveis com o menor número possível de impactos não previstos.



## Poluição

As zonas costeiras enfrentam uma dupla ameaça em resultado da poluição: são regularmente atingidas por grandes catástrofes marítimas como marés negras ou derrame de produtos químicos, e são igualmente vítimas de emissões poluentes provenientes de terra através dos cursos de água.

A poluição resultante de acidentes marítimos levanta problemas graves para as zonas costeiras situadas na proximidade das rotas marítimas internacionais. De uma forma geral, os transportes marítimos são considerados relativamente ecológicos mas o problema da navegação está nas consequências muitas vezes catastróficas dos eventuais acidentes.

Por exemplo, quando o petroleiro Erika, arvorando pavilhão de Malta, naufragou ao largo da costa francesa em 1999, a «maré negra» resultante provocou enormes prejuízos económicos e ambientais. Assistiu-se ao encerramento de viveiros de ostras, o número de turistas de visita às estações balneares francesas situadas nas zonas afectadas diminuiu fortemente e centenas de quilómetros de costa ficaram cobertos de petróleo bruto com um cheiro nauseabundo.

Para além disso, é muitas vezes difícil apontar os responsáveis pelos acidentes marítimos. As empresas proprietárias dos petroleiros encontram-se com frequência estabelecidas em países situados fora da jurisdição comunitária e os processos judiciais são morosos e complicados. Todavia, a Comissão Europeia apresentou recentemente um conjunto de propostas destinadas a introduzir medidas preventivas neste domínio.

A poluição de origem terrestre \_ sobretudo a proveniente das explorações agrícolas e unidades fabris \_ levanta igualmente graves problemas em muitas zonas costeiras. As catástrofes ecológicas com a dimensão do derrame accidental de cianeto ocorrido na Roménia, responsável pela poluição de grande parte do rio Danúbio e da costa do mar Negro em 2000, são felizmente raras.





Mas todos os dias as praias europeias são bombardeadas com grandes quantidades de poluentes.

Uma das principais preocupações é a contaminação por nitratos provenientes dos fertilizantes agrícolas e da matéria orgânica animal. Os nitratos são uma componente essencial de todos os fertilizantes e não levantam problemas ambientais especiais quando usados com moderação. Mas quando grandes concentrações de nitratos são derramadas nos cursos de água, acabam por alimentar as algas que se multiplicam a um ritmo impressionante e impedem o crescimento de outras formas de vida aquática. A crescente quantidade de algas no mar é igualmente desagradável para os banhistas. Para evitar estas «marés verdes», será necessário reforçar a cooperação entre as partes interessadas na zona costeira e as autoridades em terra responsáveis pela poluição industrial, agrícola e outras fontes de poluição.

A recente directiva da UE relativa à qualidade da água (directiva-quadro no domínio da política da água) aborda os problemas da poluição das zonas costeiras adoptando uma abordagem simples mas inovadora, que faz das bacias hidrográficas o ponto de partida para a protecção das águas comunitárias.

A gestão das bacias hidrográficas (GBH) associa todas as partes que, a nível nacional, regional e local exercem impacto





no abastecimento de água, desde que corre das fontes de montanha para os lagos e rios e para o mar.

A directiva-quadro no domínio da política da água pretende assegurar que os governos europeus apliquem medidas coordenadas de gestão do consumo da água e de combate à poluição, em lugar das políticas fragmentadas actualmente em vigor. Esta abordagem compreende, igualmente, o desenvolvimento de sistemas harmonizados de recolha de dados e de informações, assentes na utilização de Sistemas de Informação Geográfica.

No que se refere às zonas costeiras, a directiva-quadro no domínio da política da água deverá assegurar que os Estados-Membros adoptem as medidas necessárias à luta contra todas as fontes de poluição terrestre e marinha. A legislação atribui aos governos um prazo-limite de 15 anos para atingir águas costeiras de qualidade através de medidas de política coerentes em matéria de qualidade das águas, baseadas na GBH.

### **Destruição de habitats**

Alguns dos habitats naturais mais ricos e frágeis da Europa estão situados nas zonas costeiras. Essas regiões revestem-se com frequência de especial interesse ecológico e incluem zonas pantanosas, dunas de areia e falésias que proporcionam abrigo a grande número de espécies de aves raras. Mas, em muitas regiões da União os habitats costeiros estão ameaçados.

O crescimento da população e as mudanças nas actividades económicas têm conduzido à degradação dos fundos marinhos, das praias e da linha da costa. A expansão urbana poderá igualmente redundar na destruição de importantes habitats costeiros, designadamente zonas húmidas. A urbanização tem levado ao completo desaparecimento de determinadas espécies animais em algumas zonas costeiras,

perda definitiva que significa a erosão daquilo a que os peritos em questões ambientais designam por «biodiversidade». Estes chamam a atenção para o facto de que, depois de destruído, é muitas vezes impossível reconstruir um habitat costeiro e que, mesmo nos casos em que a recuperação é possível, se trata de um processo extremamente oneroso e complexo. O desaparecimento de um habitat pode ter impacto negativo na disponibilidade de recursos de água e na erosão costeira.

Infelizmente, alguns responsáveis pelo ordenamento local e regional ao nível da UE não parecem pensar que a destruição dos habitats costeiros seja um problema. Os pedidos de protecção dos habitats naturais costeiros são com frequência analisados com desconfiança pelas autoridades regionais, desejosas de impulsionar o comércio local através da construção de mais casas, estradas, empreendimentos turísticos e estabelecimentos comerciais. Ora o desaparecimento de um habitat pode igualmente prejudicar a economia das zonas costeiras. Por exemplo, nas áreas em que o sector das pescas ainda é forte, a destruição de habitats pode prejudicar as reservas piscícolas. O desaparecimento de zonas de beleza natural impede igualmente o desenvolvimento de iniciativas como o ecoturismo, bem como muitas actividades de lazer ao ar livre.



## A solução — uma política comunitária para as zonas costeiras



As regiões costeiras da UE confrontam-se com uma tal variedade de problemas acumulados e de origens tão diferentes que a Comissão Europeia considera que a União precisa de uma política coordenada para as zonas costeiras.

Em 2000, a Comissão publicou um relatório pormenorizado no qual esboça o plano para uma estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) da União. O relatório afirma que as zonas costeiras europeias podem beneficiar de um conjunto de medidas de âmbito comunitário. Mas a Comissão afirma também que cada um dos 15 Estados-Membros da UE deverá desenvolver a sua própria estratégia nacional em matéria de GIZC.

Essa estratégia nacional de GIZC deveria permitir aos vários decisores políticos com responsabilidades em matéria de gestão das regiões costeiras dos vários países uma coordenação muito mais eficaz das suas acções. Estas estratégias nacionais deveriam, igualmente, procurar reforçar a compatibilidade das muitas políticas e legislações nacionais sectoriais que afectam a zona costeira e facilitar o lançamento de acções pelas autoridades locais e regionais.

As autoridades locais têm um papel importante nas regiões costeiras da Europa. São elas que \_ juntamente com as demais partes interessadas a nível local, como os empresários, os cidadãos residentes e as associações não governamentais \_ conhecem os problemas reais da sua zona. Os organismos regionais podem assumir a coordenação das iniciativas de base local, no terreno, enquanto que as políticas e programas nacionais deverão fornecer o quadro legal e institucional que facilitará essas acções.

A GIZC convida a que as decisões que afectam as regiões costeiras sejam tomadas ao nível mais adequado, mas chama



a atenção para a necessidade de interacção entre os diferentes níveis da administração. Em muitos casos, a GIZC convida igualmente à cooperação transfronteiras. Por exemplo, no caso dos países que partilham uma mesma linha de costa, faria mais sentido tentar coordenar as suas actividades em vez de aplicar um conjunto de políticas nacionais eventualmente divergentes. A estratégia da UE em matéria de GIZC preconiza uma abordagem da política costeira do tipo «mares regionais», designadamente para os países que fazem fronteira com o Mediterrâneo e o Báltico.

A estratégia GIZC destina-se igualmente a impedir que políticas que aparentemente nada têm a ver com as regiões costeiras possam provocar danos no litoral de forma não intencional. No caso dos poluentes provenientes do sector agrícola, por exemplo, os decisores políticos responsáveis pela política agrícola comum da União deverão dar mais atenção aos impactos da utilização de fertilizantes nas águas costeiras.

A Comissão já está a envidar esforços para aplicar a estratégia GIZC a nível europeu no âmbito da legislação e dos programas comunitários existentes. Entretanto, os governos e o Parlamento Europeu estão a analisar o convite da Comissão no sentido da definição de estratégias nacionais, esperando-se que a nova política relativa às zonas costeiras possa em breve vir a ser plenamente aplicada.

Esta estratégia da UE para as zonas costeiras será complementada pelo sexto programa de acção da Comissão em matéria de ambiente, que salienta a importância de uma verdadeira abordagem territorial dos problemas ambientais.

## Princípios básicos da GIZC



### Princípios básicos da GIZC

Os princípios básicos da GIZC são os seguintes:

- adoptar uma perspectiva abrangente dos problemas interligados;
- basear as decisões em dados e informações fiáveis;
- tentar trabalhar tendo em conta os elementos naturais;
- ter em conta as evoluções imprevisíveis;
- promover a participação de todas as partes interessadas e de todos os organismos competentes ao nível da administração;
- utilizar um conjunto de instrumentos (leis, planos, ferramentas económicas, campanhas de informação, acções locais no âmbito da Agenda 21, acordos voluntários, promoção de boas práticas, etc.).

### Tentar obter uma visão integrada

Um dos princípios básicos de uma política eficaz de GIZC consiste em analisar o problema das zonas costeiras no contexto mais lato possível.

No passado, muitos esforços bem intencionados para melhorar o estado das regiões costeiras da União falharam por tratar as questões isoladamente. Por exemplo, o problema do turismo nas zonas costeiras não pode ser resolvido de forma eficaz se não tiver em conta outras questões. Entre elas, o problema do abastecimento de água, do ordenamento do território, do emprego e do impacto do turismo nos habitats naturais existentes.

Para além disso, em muitas regiões da União é frequente que uma única zona costeira seja atravessada por várias fronteiras



administrativas, o que significa que as políticas para melhorar a zona costeira são muitas vezes desarticuladas, envolvendo a actuação de vários organismos que aplicam medidas diferentes e descoordenadas. Nas áreas em que a zona costeira faz fronteira entre dois países, o problema da coordenação é ainda mais grave. Para além disso, muitos dos problemas das zonas costeiras podem ter origem a várias centenas de quilómetros do litoral.

Em Strymonikos, na Grécia, por exemplo, os poluentes transportados pelos rios desde a Bulgária estão a afectar a qualidade das águas costeiras.

Todos estes factores mostram que uma estratégia eficaz em matéria de GIZC deve esforçar-se por reunir os diferentes intervenientes das regiões costeiras e tratar os muitos e variados problemas interligados que as afectam.

### **Avaliar as condições locais**

Dada a grande diversidade do espaço litoral da União Europeia, uma estratégia eficaz em matéria de GIZC deverá assentar em soluções locais, aplicáveis às condições no terreno. Uma política destinada a pôr termo às infiltrações de água do mar nos lençóis freáticos na Grécia não será apropriada, por exemplo, para uma região situada na costa do mar Báltico na Suécia. A estratégia de GIZC da UE





encontra-se fortemente assente no princípio da «subsidiariedade», o qual prevê que as decisões políticas mais importantes devam sempre ser tomadas ao nível mais próximo dos cidadãos.

Isto significa que as partes interessadas nas regiões costeiras da UE devem participar na GIZC pois só as populações locais conhecem os verdadeiros desafios que se colocam à sua região. Não faria sentido nem sequer seria justo que os governos nacionais ou as instituições europeias tentassem impor soluções uniformes vindas de cima para essas regiões.

Contudo, o que os níveis superiores de governo podem facultar é o apoio e orientação a essas iniciativas locais e assegurar que o grande número de políticas nacionais e comunitárias implementadas na zona costeira não entrem em contradição. As administrações nacionais e comunitárias devem igualmente assegurar que as políticas sectoriais sejam adaptadas às condições específicas de cada zona. A coordenação das políticas nacionais e comunitárias que se prendem com questões como a qualidade da água, a protecção dos habitats, os transportes, as pescas e o turismo deveria contribuir para a melhoria da situação das zonas costeiras da União. No entanto, isto só será possível se essas políticas também forem implementadas de forma coerente a nível local.

Para assegurar que os problemas serão resolvidos de acordo com as necessidades locais, o ordenamento e a gestão correctas das zonas costeiras dependem igualmente de informações precisas e suficientemente detalhadas, recolhidas nos Estados-Membros.





## Cooperar com a natureza

Como o ilustra claramente a lenda do rei Knud (1), os esforços para domesticar o oceano quase sempre falham. Esta a razão por que as modernas técnicas de gestão costeira tentam cooperar com a natureza em vez de lutarem contra ela.

No passado, as batalhas travadas contra o mar saldaram-se por vezes pelo agravamento dos problemas das zonas costeiras em lugar de os solucionarem. Por exemplo, as obras de engenharia realizadas para melhorar as instalações do porto de Aveiro, em Portugal, conduziram ao agravamento da erosão da linha da costa adjacente e alteraram o curso normal das marés, questão que não havia sido considerada de forma adequada na fase de planeamento. As tentativas entretanto efectuadas no sentido de proteger a costa com construções de betão armado e aço não lograram melhorar a situação.

Se, antes do início da construção do porto, as autoridades locais tivessem obtido informações adicionais sobre os processos naturais em curso nas zonas costeiras da região, talvez pudessem ter evitado os problemas suplementares ligados à erosão, reduzindo de igual forma o custo global das obras. Se se tivesse realizado, à partida, uma reflexão mais integrada sobre o projecto de porto, não teria sido provavelmente necessário realizar obras adicionais de protecção da costa.

Na Bélgica, as autoridades responsáveis pelo espaço litoral da Flandres, uma zona densamente urbanizada, esforçam-se hoje

(1) Os súbditos do rei Knud afirmavam que este era tão poderoso que podia comandar as marés. Não pretendendo encorajar uma imagem pouco realista das suas capacidades, o rei mandou colocar o trono sobre as vagas e ordenou-lhes que parassem — obviamente sem êxito.

por tomar em consideração os ritmos naturais da zona costeira. Sempre que possível, as autoridades belgas tentam adoptar uma abordagem menos conflituosa face ao problema da erosão, nomeadamente substituindo as infra-estruturas de protecção contra a erosão por soluções alternativas, como a replantação das dunas de areia, que absorvem naturalmente a energia do mar.

### **Previsão e adaptação**

É muitas vezes difícil prever os problemas concretos que se colocarão no futuro a uma zona costeira. Por isso, a GIZC deve ser um processo evolutivo, capaz não só de tratar problemas actuais, mas também suficientemente flexível para se adaptar aos problemas imprevistos que possam surgir no futuro. Por exemplo, uma vez adoptada a decisão de construção de uma nova marina, será muito difícil voltar atrás, ainda que as gerações vindouras venham a descobrir que o seu desenvolvimento provoca sérios problemas ambientais.

Uma gestão correcta da zona costeira deve reconhecer de forma explícita as incertezas ligadas ao futuro e promover



políticas flexíveis e adaptáveis. Um ordenamento e gestão adequados da zona costeira deve, igualmente, assentar no «princípio da precaução». Segundo ele, os decisores políticos devem tentar antecipar as eventuais consequências para as regiões costeiras, em vez de procurar soluções à medida que os problemas vão surgindo. O princípio da precaução estabelece igualmente que os decisores políticos devem adoptar uma atitude de prudência caso não estejam totalmente seguros de que as alterações previstas não danificarão o litoral. Esta abordagem assume particular importância nas áreas sujeitas às potenciais ameaças da expansão urbana ou de empreendimentos turísticos de grande dimensão.

À medida que aumenta o risco de alterações climáticas, é provável que as zonas costeiras venham a enfrentar novos problemas e desafios nas próximas décadas. É necessário assegurar que os nossos sistemas de ordenamento e de gestão sejam suficientemente flexíveis para responder a estes novos desafios à medida que se vão colocando.



### Conseguir a participação de todos

A GIZC destina-se a promover as relações entre as entidades governamentais e as administrações locais, regionais e nacionais com vista a traçar um quadro preciso das necessidades das regiões costeiras europeias. Ora, para poder obter resultados, o ordenamento e gestão adequados das zonas costeiras devem igualmente envolver as organizações não-governamentais e demais partes interessadas. Pura e simplesmente, a GIZC não funcionará sem os contributos regulares do sector empresarial, populações locais e organizações não governamentais que residem e trabalham nas zonas costeiras da União.

Sem uma participação efectiva das partes interessadas a nível local, as estratégias de gestão das zonas costeiras nunca serão bem sucedidas. Se as populações não se sentirem envolvidas nas decisões que afectam a sua região, podem vir a acusar disso os decisores políticos e rejeitar os seus planos de melhoria das zonas costeiras. Em 1993, por exemplo, a população local do estuário do Exe, no Reino Unido, rejeitou um plano de gestão desta zona elaborado por uma empresa de consultoria. Os residentes queixaram-se de que os consultores não haviam solicitado a sua opinião sobre determinadas questões, particularmente no que se refere ao pagamento dos serviços portuários prestados aos utilizadores do estuário. Esta situação levou os responsáveis políticos a repensar toda a sua estratégia para o estuário e a criar um conjunto de grupos locais, compostos por cidadãos residentes, incumbidos de estudar a questão. Na sequência do processo de consulta alargado, que incluiu um grande número de encontros a nível local, foi elaborada uma nova estratégia para a região, que parece satisfatória para todos.



A população residente continua a reunir regularmente para debater os problemas locais, tendo criado o Exe Estuary Forum, destinado a



coordenar esforços para a melhoria da qualidade de vida da sua região costeira.

Experiências semelhantes realizadas em toda a União demonstram a importância do envolvimento, desde a fase inicial, das partes interessadas a nível local nos debates sobre as políticas relativas à zona costeira. Essas partes interessadas devem estar sempre na base de qualquer estratégia de GIZC, mas é igualmente importante que todos os demais intervenientes com eventual impacto numa determinada região sejam envolvidos no esforço de melhoria da situação das zonas costeiras.

Isto implica muitas vezes a necessidade de coordenar as iniciativas locais e as políticas nacionais mais gerais a fim de evitar conflitos indesejáveis entre os diferentes níveis da administração. Por exemplo, as iniciativas locais destinadas a reduzir a poluição transportada pelas águas do rio numa zona de estuário nunca serão bem sucedidas sem o envolvimento das autoridades nacionais que definem a política industrial e agrícola.

Em certos casos, será também necessário coordenar as actividades GIZC a nível local com as políticas comunitárias, nomeadamente se uma zona costeira estiver situada num sítio classificado como zona protegida nos termos da regulamentação comunitária em matéria de preservação dos habitats. Além disso, convém assegurar que a legislação europeia em matéria de agricultura, qualidade da água e transportes seja correctamente integrada nas estratégias locais de GIZC.

Os intervenientes locais não podem resolver sozinhos os problemas da zona costeira. Os desafios que se colocam às zonas costeiras não surgem isoladamente pelo que, sem uma cooperação a todos os níveis da administração, a GIZC não funcionará pura e simplesmente.

## Conclusão — a necessidade urgente de uma estratégia da UE para as zonas costeiras

Para evitar o agravamento dos problemas actualmente enfrentados pelas regiões costeiras será necessária uma abordagem comunitária coordenada da política costeira. Muitas das previsões apontam para a continuação do aumento do número de pessoas que utilizam essas áreas num futuro previsível.

Se não forem adoptadas medidas para gerir as crescentes ameaças colocadas às regiões costeiras, problemas como o desaparecimento de habitats, a poluição e a erosão acabarão por estar na origem da destruição de algumas das zonas mais belas, biologicamente valiosas e frágeis da UE, ao mesmo tempo que as comunidades locais serão atingidas pelo desemprego e a desagregação social. O resultado líquido desta evolução seria a enorme perda de valor dessas zonas costeiras e a destruição de valiosos recursos económicos.

Por outro lado, com estratégias de GIZC devidamente coordenadas a nível nacional e comunitário, a União poderá tirar plenamente proveito das suas regiões costeiras e



assegurar o desenvolvimento de economias modernas e dinâmicas, ao mesmo tempo que assegura a protecção da sua beleza natural singular.

Para que a GIZC possa funcionar deve assentar em soluções locais para problemas locais. As partes interessadas a nível local estarão sempre no centro das iniciativas para melhorar a situação das regiões costeiras mas, para garantir o melhor resultado possível para estas zonas é necessária a coordenação das actividades desenvolvidas por esses intervenientes no terreno com as adoptadas pelos decisores políticos a nível regional, nacional e europeu. Apesar dos custos a curto prazo, os benefícios da GIZC a médio e longo prazo serão muito mais elevados.

Desde há séculos que as zonas costeiras europeias sofrem os efeitos de um planeamento mal coordenado e de medidas políticas inadequadas. Mas com um esforço concertado no sentido de introduzir a GIZC em toda a Europa, a tendência poderá vir a inverter-se.







Comissão Europeia

**A União Europeia e as Zonas Costeiras**

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2001 — 29 p. — 21 x 21 cm

ISBN 92-894-1155-4



**Venta • Salg • Verkauf • Πωλήσεις • Sales • Vente • Vendita • Verkoop • Venda • Myynti • Försäljning**  
**<http://eur-op.eu.int/general/en/s-ad.htm>**

**BELGIQUE/BELGIË**

**Jean De Lannoy**  
Avenue du Roi 202/Koningslaan 202  
B-1190 Bruxelles/Brussel  
Tél. (32-2) 538 43 08  
Fax (32-2) 538 08 41  
E-mail: jean.de.lannoy@infoboard.be  
URL: <http://www.jean-de-lannoy.be>

**La librairie européenne/  
De Europese Boekhandel**

Rue de la Loi 244/Wetstraat 244  
B-1040 Bruxelles/Brussel  
Tél. (32-2) 295 26 39  
Fax (32-2) 735 08 60  
E-mail: mail@libeurop.be  
URL: <http://www.libeurop.be>

**Moniteur belge/Belgisches Staatsblad**

Rue de Louvain 40-42/Leuvenseweg 40-42  
B-1000 Bruxelles/Brussel  
Tél. (32-2) 552 22 11  
Fax (32-2) 511 01 84  
E-mail: eusales@just.fgov.be

**DANMARK**

**J. H. Schultz Information A/S**  
Herstedvang 12  
DK-2620 Albertslund  
Tlf. (45) 43 63 23 00  
Fax (45) 43 63 19 69  
E-mail: schultz@schultz.dk  
URL: <http://www.schultz.dk>

**DEUTSCHLAND**

**Bundesanzeiger Verlag GmbH**  
Vertriebsabteilung  
Amsterdamer Straße 192  
D-50735 Köln  
Tel. (49-221) 97 66 80  
Fax (49-221) 97 66 82 78  
E-Mail: Vertrieb@bundesanzeiger.de  
URL: <http://www.bundesanzeiger.de>

**ΕΛΛΑΔΑ/GREECE**

**G. C. Eleftheroudakis SA**  
International Bookstore  
Panepistimiou 17  
GR-10564 Athina  
Tel. (30-1) 331 41 80/12/3/4/5  
Fax (30-1) 323 98 21  
E-mail: elebooks@netor.gr  
URL: [elebooks@hellasnet.gr](mailto:elebooks@hellasnet.gr)

**ESPAÑA**

**Boletín Oficial del Estado**  
Tratalgar 27  
E-28071 Madrid  
Tel. (34) 915 38 21 11 (bros)  
913 84 17 15 (suscripción)  
Fax (34) 915 38 21 11 (bros).  
913 84 17 14 (suscripción)  
E-mail: clientes@com.boe.es  
URL: <http://www.boe.es>

**Mundi Prensa Libros, SA**

Castello, 37  
E-28001 Madrid  
Tel. (34) 914 36 37 00  
Fax (34) 915 75 39 98  
E-mail: libreria@mundiprensa.es  
URL: <http://www.mundiprensa.com>

**FRANCE**

**Journal officiel**  
Service des publications des CE  
26, rue Desaix  
F-75727 Paris Cedex 15  
Tél. (33) 140 58 77 31  
Fax (33) 140 58 77 00  
E-mail: [europublications@journal-officiel.gouv.fr](mailto:europublications@journal-officiel.gouv.fr)

**IRELAND**

**Alan Hanna's Bookshop**  
270 Lower Rathmines Road  
Dublin 6  
Tel. (353-1) 496 73 98  
Fax (353-1) 496 02 28  
E-mail: [hannas@iol.ie](mailto:hannas@iol.ie)

**ITALIA**

**Licosa SpA**  
Via Duca di Calabria, 1/1  
Casella postale 552  
I-50125 Firenze  
Tel. (39) 055 64 83 1  
Fax (39) 055 64 12 57  
E-mail: [licosa@licosa.com](mailto:licosa@licosa.com)  
URL: <http://www.licosa.com>

**LUXEMBOURG**

**Messageries du livre SAREL**  
5, rue Raiffeisen  
L-2411 Luxembourg  
Tél. (352) 40 10 20  
Fax (352) 49 06 61  
E-mail: [mail@mdl.lu](mailto:mail@mdl.lu)  
URL: <http://www.mdl.lu>

**NETHERLAND**

**SDU Servicecentrum Uitgevers**  
Christoffel Plantijnstraat 2  
Postbus 20014  
2500 EA Den Haag  
Tel. (31-70) 378 97 80  
Fax (31-70) 378 97 83  
E-mail: [sdu@sdu.nl](mailto:sdu@sdu.nl)  
URL: <http://www.sdu.nl>

**ÖSTERREICH**

**Manz'sche Verlags- und  
Vertriebsbuchhandlung GmbH**  
Kohlmarkt 16  
A-1014 Wien  
Tel. (43-1) 53 16 11 00  
Fax (43-1) 53 16 11 67  
E-Mail: manz@schwinge.at  
URL: <http://www.manz.at>

**PORTUGAL**

**Distribuidora de Livros Bertrand Ld.ª**  
Grupo Bertrand, SA  
Rua das Terras dos Vales, 4-A  
Apartado 60037  
P-2700 Amadora  
Tel. (351) 214 95 87 87  
Fax (351) 214 96 02 55  
E-mail: [dlib@ip.pt](mailto:dlib@ip.pt)

**Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA**

Sector de Publicações Oficiais  
Rua da Escola Politécnica, 135  
P-1250-100 Lisboa Codex  
Tel. (351) 213 94 57 00  
Fax (351) 213 94 57 50  
E-mail: [spoce@incm.pt](mailto:spoce@incm.pt)  
URL: <http://www.incmm.pt>

**SUOMI/FINLAND**

**Akateeminen Kirjakauppa/  
Akademiska Bokhandeln**  
Keskuskatu 1/Centralgatan 1  
PL/PB 128  
FIN-00101 Helsinki/Helsingfors  
P./tfn (358-9) 121 44 18  
F./fax (358-9) 121 44 35  
Sähköposti: [sp@akateeminen.com](mailto:sp@akateeminen.com)  
URL: <http://www.akaateeminen.com>

**SVERIGE**

**BTJ AB**

Traktörvägen 11-13  
S-221 82 Lund  
Tlf. (46-46) 18 00 00  
Fax (46-46) 30 79 73 47  
E-post: [btjeu-pub@btj.se](mailto:btjeu-pub@btj.se)  
URL: <http://www.btj.se>

**UNITED KINGDOM**

**The Stationery Office Ltd**  
Customer Services  
PO Box 29  
Norwich NR3 1GN  
Tel. (44) 870 60 05-522  
Fax (44) 870 60 05-533  
E-mail: [book.orders@theso.co.uk](mailto:book.orders@theso.co.uk)  
URL: <http://www.tsolocal.net>

**ISLAND**

**Bokabud Larusar Böndal**  
Skólavörðustíg, 2  
IS-101 Reykjavík  
Tel. (354) 552 55 40  
Fax (354) 552 55 80  
E-mail: [bokabud@simnet.is](mailto:bokabud@simnet.is)

**NORGE**

**Swets Blackwell AS**  
Østenojevøien 18  
Boks 6512 Etterstad  
N-0606 Oslo  
Tel. (47) 22 97 45 00  
Fax (47) 22 97 45 45  
E-mail: [info@no.swetsblackwell.com](mailto:info@no.swetsblackwell.com)

**SCHWEIZ/SUISSE/SVIZZERA**

**Euro Info Center Schweiz**

c/o OSEC  
Stamfelenbachstraße 85  
PF 492  
CH-8035 Zürich  
Tel. (41-1) 365 53 15  
Fax (41-1) 365 54 11  
E-mail: [עים@osec.ch](mailto:עים@osec.ch)  
URL: <http://www.osec.ch/עים>

**BĂLGĂRIA**

**Europress Euromedia Ltd**  
5b, Blvd Vitosha  
BG-1000 Sofia  
Tel. (359-2) 980 37 66  
Fax (359-2) 980 42 30  
E-mail: [Milena@mbbox.cit.bg](mailto:Milena@mbbox.cit.bg)  
URL: <http://www.europress.bg>

**ČESKÁ REPUBLIKA**

**ÚVIS**

odd. Publikaci  
Havelskova 22  
CZ-130 00 Praha 3  
Tel. (420-2) 22 72 07 34  
Fax (420-2) 22 71 57 38  
URL: <http://www.uvis.cz>

**CYPRUS**

**Cyprus Chamber of Commerce and Industry**  
PO Box 21455  
Cy-1503 Nicosia  
Tel. (357-2) 88 97 52  
Fax (357-2) 66 10 44  
E-mail: [demetrap@ccci.org.cy](mailto:demetrap@ccci.org.cy)

**EESTI**

**Eesti Kaubandus-TööstusKoda**  
(Estonian Chamber of Commerce and Industry)  
Toom-Kooli 17  
EE-10130 Tallinn  
Tel. (372) 646 02 44  
Fax (372) 646 02 45  
E-mail: [info@koda.ee](mailto:info@koda.ee)  
URL: <http://www.koda.ee>

**HRVATSKA**

**Mediatrade Ltd**  
Pavla Hatzes 1  
HR-10000 Zagreb  
Tel. (385-1) 481 94 11  
Fax (385-1) 481 94 11

**MAGYARORSZÁG**

**Euro Info Service**  
Szt. István krt.12  
II emelet 1/A  
PO Box 1039  
H-1137 Budapest  
Tel. (36-1) 329 21 70  
Fax (36-1) 349 20 53  
E-mail: [eurinfo@eurainfo.hu](mailto:eurinfo@eurainfo.hu)  
URL: <http://www.euroinfo.hu>

**MALTA**

**Miller Distributors Ltd**  
Malta International Airport  
PO Box 25  
Luqa LOA 05  
Tel. (356) 66 44 88  
Fax (356) 67 67 99  
E-mail: [gwrth@usa.net](mailto:gwrth@usa.net)

**POLSKA**

**Ars Polona**  
Krakowskie Przedmiescie 7  
Skř. pocztowa 1001  
PL-00-950 Warszawa  
Tel. (48-22) 826 12 01  
Fax (48-22) 826 62 40  
E-mail: [books119@arspolona.com.pl](mailto:books119@arspolona.com.pl)

**ROMANIA**

**Euromedia**  
Str. Dionisie Lupu nr. 65, sector 1  
RO-70184 Bucuresti  
Tel. (40-1) 315 44 03  
Fax (40-1) 312 96 46  
E-mail: [euromedia@malcity.com](mailto:euromedia@malcity.com)

**SLOVAKIA**

**Centrum VTI SR**  
Nám. Slobody, 19  
SK-81220 Bratislava  
Tel. (421-7) 54 41 83 64  
Fax (421-7) 54 41 83 64  
E-mail: [europ@tbb1.sltk.stuba.sk](mailto:europ@tbb1.sltk.stuba.sk)  
URL: <http://www.sltk.stuba.sk>

**SLOVENIJA**

**Gospodarski Vestnik**

Dunajska cesta 5  
SLO-1000 Ljubljana  
Tel. (386) 613 09 18 40  
Fax (386) 613 09 16 45  
E-mail: [europ@gvestnik.si](mailto:europ@gvestnik.si)  
URL: <http://www.gvestnik.si>

**TÜRKİYE**

**Dünya Infotel AS**  
100. Yıl Mahallesi 34440  
TR-80050 Bagcilar-Istanbul  
Tel. (90-212) 629 46 89  
Fax (90-212) 629 46 27  
E-mail: [infotel@dunya-gazete.com.tr](mailto:infotel@dunya-gazete.com.tr)

**ARGENTINA**

**World Publications SA**  
Av. Cordoba 1877  
C1120 AAA Buenos Aires  
Tel. (54-11) 48 15 81 56  
Fax (54-11) 48 15 81 56  
E-mail: [wpbooks@infovia.com.ar](mailto:wpbooks@infovia.com.ar)  
URL: <http://www.wpbooks.com.ar>

**AUSTRALIA**

**Hunter Publications**  
PO Box 404  
Abbotstford, Victoria 3067  
Tel. (61-3) 94 17 53 61  
Fax (61-3) 94 19 71 54  
E-mail: [ipd Davies@ozemail.com.au](mailto:ipd Davies@ozemail.com.au)

**BRESIL**

**Livraria Camões**

Rua Bittencourt da Silva, 12 C  
CEP  
20043-900 Rio de Janeiro  
Tel. (55-21) 262 47 76  
Fax (55-21) 262 47 76  
E-mail: [livraria.camoes@incm.com.br](mailto:livraria.camoes@incm.com.br)  
URL: <http://www.incmm.com.br>

**CANADA**

**Les éditions La Liberté Inc.**  
3020, chemin Sainte-Foy  
Sainte-Foy, Québec G1X 3V6  
Tel. (1-418) 658 37 63  
Fax (1-800) 567 54 49  
E-mail: [liberte@mediom.qc.ca](mailto:liberte@mediom.qc.ca)

**Renouf Publishing Co. Ltd**

5369 Chemin Canotek Road, Unit 1  
Ottawa, Ontario K1J 9J3  
Tel. (1-613) 745 26 65  
Fax (1-613) 745 76 60  
E-mail: [order.dept@renoufbooks.com](mailto:order.dept@renoufbooks.com)  
URL: <http://www.renoufbooks.com>

**EGYPT**

**The Middle East Observer**

41 Sherif Street  
Cairo  
Tel. (20-2) 392 69 19  
Fax (20-2) 393 97 32  
E-mail: [inquiry@meobserver.com](mailto:inquiry@meobserver.com)  
URL: <http://www.meobserver.com.eg>

**INDIA**

**EBIC India**

3rd Floor, Y. B. Chavan Centre  
Gen. J. Bhosale Marg,  
Mumbai 400 021  
Tel. (91-22) 282 60 64  
Fax (91-22) 285 45 64  
E-mail: [ebicindia@vsnl.com](mailto:ebicindia@vsnl.com)  
URL: <http://www.ebicindia.com>

**JAPAN**

**PSI-Japan**

Asahi Sanbancho Plaza #206  
7-1 Sanbancho, Chiyoda-ku  
Tokyo 102  
Tel. (81-3) 32 34 69 21  
Fax (81-3) 32 34 69 15  
E-mail: [books@psi-japan.co.jp](mailto:books@psi-japan.co.jp)  
URL: <http://www.psi-japan.co.jp>

**MALAYSIA**

**EBIC Malaysia**

Suite 45/02, Level 45,  
Plaza MBI (Letter Box 45)  
8 Jalan Yap Kwan Seng  
50450 Kuala Lumpur  
Tel. (60-3) 21 62 92 98  
Fax (60-3) 21 62 61 98  
E-mail: [ebic@tm.net.my](mailto:ebic@tm.net.my)

**MÉXICO**

**Riendi Prensa México, SA de CV**

Mundo Pánico, 141  
Colonia Cuauhtémoc  
MX-06500 México, DF  
Tel. (52-5) 533 56 58  
Fax (52-5) 514 67 99  
E-mail: [101545.2361@compuserve.com](mailto:101545.2361@compuserve.com)

**PHILIPPINES**

**EBIC Philippines**

19th Floor, PS Bank Tower  
Sen. Gil J. Puyat Ave. cor. Tindalo St.  
Makati City  
Metro Manila  
Tel. (83-2) 759 66 80  
Fax (83-2) 759 66 90  
E-mail: [ecopcm@globe.com.ph](mailto:ecopcm@globe.com.ph)  
URL: <http://www.ecopcm.com>

**SOUTH AFRICA**

**Eurochamber of Commerce in South Africa**

PO Box 781738  
2146 Sandton  
Tel. (27-11) 884 39 52  
Fax (27-11) 883 55 73  
E-mail: [info@eurochamber.co.za](mailto:info@eurochamber.co.za)

**SOUTH KOREA**

**The European Union Chamber of  
Commerce in Korea**

5th Fl, The Shilla Hotel  
202, Jangchung-dong 2 Ga, Chung-ku  
Seoul 100-392  
Tel. (82-2) 22 53-5631/4  
Fax (82-2) 22 53-5635/6  
E-mail: [eucock@eucock.org](mailto:eucock@eucock.org)  
URL: <http://www.eucock.org>

**SRI LANKA**

**EBIC Sri Lanka**

Trans Asia Hotel  
115 Sir Chittampalam  
A. Gardiner Mawatha  
Colombo 2  
Tel. (94-1) 074 71 50 78  
Fax (94-1) 44 87 79  
E-mail: [ebicsl@slnet.lk](mailto:ebicsl@slnet.lk)

**UNITED STATES OF AMERICA**

**Bernan Associates**

4611 F Assembly Drive  
Lanham MD 20706-4391  
Tel. (1-800) 274 44 47 (toll free telephone)  
Fax (1-800) 865 34 50 (toll free fax)  
E-mail: [query@bernan.com](mailto:query@bernan.com)  
URL: <http://www.bernan.com>

**ANDERE LANDER/OTHER COUNTRIES/  
AUTRES PAYS**

**Bitte wenden Sie sich an ein Büro Ihrer  
Wahl/Please contact the sales office of  
your choice/Veuillez vous adresser au  
bureau de vente de votre choix**

Office for Official Publications of the European  
Communities  
2, rue Mercier  
L-2985 Luxembourg  
Tel. (352) 29 29-4295  
Fax (352) 29 29-42758  
E-mail: [info-info-opoce@cec.eu.int](mailto:info-info-opoce@cec.eu.int)  
URL: <http://eur-op.eu.int>



SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS  
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

L-2985 Luxembourg

ISBN 92-894-1155-4



9 789289 411554 >